

A fragilidade das contas

J P.2
JORNAL DE BRASÍLIA

BERNARDO CABRAL

29 NOV 1995

A fragilidade do equilíbrio das contas externas brasileiras repousa muito mais nos mecanismos de política monetária que são aplicados pelas autoridades econômicas desde o nascimento do Plano Real do que no propalado impacto negativo causado pelas importações indiscriminadas.

É certo que o Governo deve fiscalizar o comportamento evolutivo das importações, mas ele, isoladamente, está longe de ser o maior causador do equilíbrio precário de nossa balança comercial. Se analisarmos assim, estaremos cometendo um erro de avaliação e esquecendo ao mesmo tempo que é fundamental, para nossa economia, implantar imediatamente uma política eficiente de correção cambial e fiscalizar com mais severidade a entrada no País dos chamados capitais de rapina.

O Governo tem se utilizado de instrumentos perigosos para administrar suas contas externas. Tudo indica, que o exemplo disso são as aplicações externas de curto prazo, que permitem ao Banco Central reconstruir nossas reservas e até ampliá-las em relação ao nível anterior à crise do México. Por outro lado, o que ninguém deve ignorar é que a vinda desses capitais verifica-se sobretudo por causa das altas taxas de juros. Mas até quando a economia nacional e as contas públicas do País terão condições de bancar a remuneração desses capitais com taxas tão elevadas?

A conclusão imediata que se tira é a de que a economia brasileira convive com uma grande ilusão e de que a política monetária praticada é de inegável fragilidade.

Além disso, sente-se uma presente instabilidade em matéria de comércio

exterior e de equilíbrio de contas. Todos os que acompanham o comportamento da economia brasileira sabem que os rombos de nossas contas são financiados pelos capitais especulativos, o que coloca as finanças brasileiras em uma situação de constante vigilância.

Não se pode considerar, portanto, que as oscilações negativas em nossa balança comercial tiveram como causa mais relevante a entrada de produtos estrangeiros. Os prejuízos com os importados parece que serviram, em grande parte, para ofuscar, de certa maneira, as causas mais diretas desses impactos e que são de natureza mais estruturais.

Infelizmente, o Brasil paga cotidianamente muito caro pelas suas enormes deficiências em matéria de infraestrutura.

A título de exemplo, segundo técnicos de porto de Roterdã, o terminal de operação de contêineres do Porto de Santos, se fosse bem administrado, teria de movimentar cerca de 500 mil toneladas por ano, ou seja, mais que o dobro do volume atual.

Na verdade, as exportações brasileiras só se manterão em total equilíbrio em relação às importações no momento em que for alcançada a redução do chamado custo Brasil.

Para que isso aconteça é preciso, portanto, modernizar os portos, reduzir os impostos que recaem sobre os produtos exportados e estabelecer melhorias no sistema de infra-estrutura de transportes. Além disso, é preciso reduzir a taxa de juros e o custo de contratação de mão-de-obra, que tornam mais cara a produção no País.

Para se fazer justiça, não se pode negar que a abertura da economia brasi-

leira trouxe mais benefícios que prejuízos. Com maior integração econômica, o Brasil foi obrigado a investir mais em qualidade, em treinamento de mão-de-obra, em racionalização de métodos produtivos e, sobretudo, em tecnologia.

O empresariado nacional foi obrigado a se adaptar ao novo mercado mundial globalizado e só saiu ganhando.

Assim, diante de todas as transformações recentes sofridas pela economia local, não temos muitos motivos para temer as investidas de chineses, coreanos, ou mesmo latino-americanos. Hoje, já estamos em pé de igualdade para concorrer, em muitas áreas, com as chamadas economias emergentes da Ásia e muito na frente de todas as economias da América Latina, segundo avaliação do próprio Banco Mundial.

Mas cabe ao Governo brasileiro cumprir a sua parte, ou seja, organizar as políticas econômicas e disciplinar a economia por meio de normas e regras que sejam justas, duráveis e eficientes. As salvaguardas e a legislação antidumping estão aí justamente para corrigir as distorções, mas devem ser aplicadas de maneira justa.

Nesse sentido, os pequenos e médios importadores deveriam ser amparados e não sofrer tanto em busca de guias, certificados de origem e mais uma quantidade de papéis que ficam emperrados na vagarosa burocracia dos órgãos governamentais.

■ **Bernardo Cabral**, ex-ministro da Justiça, é senador, sem partido, pelo Amazonas

Cabral, Bernardo

29 NOV 1995